



<u>Prefeito</u> <u>João Paulo Tavares Papa</u>

SEPORT

Secretaria de Assuntos Portuários e Marítimos da Prefeitura Municipal de Santos

Secretário Sérgio Aquino





<u>CLIAs</u> Antigos Portos Secos

Análises e Propostas
da PMS e ABMP
Ao PL-327/96

Comissão Permanente
Infra-Estrutura
Do Senado Feral
Audiência Pública
10-04-2008



Posicionamentos e propostas:

- Prefeitura Municipal de Santos Governo João Paulo Papa;
- ABMP Associação Brasileira de Municípios Portuários.
- Roteiro básico:
 - Reflexos da implantação lei de modernização portuária;
 - Função logística estratégica;
 - Análises do novo modelo de alfandegamento;
 - Posicionamentos e propostas da PMS e ABMP.

SEPORT — Secretaria de Assuntos Portuários e Marítimos - 2008 200 anos da Abertura dos Portos / Centenário da Imigração Japonesa

CLIAs – Centro Logístico Industrial Aduaneiro



PL- Para CLIAs

- Objetiva novo regramento para alfandegamento de terminais fora da área portuária (fora do porto organizado);
- Terminais implantados em áreas próprias da iniciativa privada (não arrendadas);
- Procedimentos anteriores exigiam licitação pública para alfandegamento (antigos Portos Secos ou EADIs;
- Novos procedimentos com regramentos específicos.



Posicionamentos iniciais:

- CLIAs Portos Secos ou EADIS como antigos TRAs são instrumentos do sistema portuário;
- Instrumentos do denominado complexo logístico portuário ou aeroportuário;
- Desta forma precisamos primeiramente analisar a evolução do sistema portuário, com seus reflexos e a importância estratégica do retroporto neste contexto;
- Vamos falar em porto pois esta é a atribuição desta Secretaria Municipal;
- Cremos que outros técnicos enfocarão as questões aeroportuárias.



Evolução Portuária - Modernização Portuária fundamental para competitividade do país - Resumo reflexos da "nova" lei portuária (8.630/93):

- Positivos:
 - Modernização operacional portuária;
 - Redução de custos portuários;
- Negativos (mundialmente):
 - Redução postos de trabalho no porto;
 - Abandono de antigas áreas portuárias;
 - Desequilíbrio econômico das cidades e regiões portuárias;
 - Conflitos capital/trabalho;
 - Conflitos empresariais.



Modernização Portuária fundamental para competitividade do país; Resumo reflexos da "nova" lei portuária:

- Resumo das principais ações mitigadoras ou compensadoras adotadas mundialmente para equacionar reflexos negativos da transição para modernização portuária:
 - Planejar fases de transição;
 - Indenizar trabalhadores para reduzir contingente;
 - Requalificar trabalhadores portuários;
 - Revitalizar áreas portuárias degradadas integração urbana turismo e outras atividades e
 - Incentivar novas atividades principalmente atividades logísticas e industriais.

SEPORT — Secretaria de Assuntos Portuários e Marítimos - 2008 200 anos da Abertura dos Portos / Centenário da Imigração Japonesa

CLIAs – Centro Logístico Industrial Aduaneiro



🧇 Resumo das principais ações mitigadoras ou compensatórias:

- > Planejar fases de transição:
 - Brasil adotou novo modelo praticamente com 20 anos de atraso;
 - ✓ Grandes conflitos laborais resistindo ao novo modelo;
 - **✓** Conflitos empresariais disputando posicionamentos;
 - ✓ Praticamente inexistiram fases de transição.

SEPORT — Secretaria de Assuntos Portuários e Marítimos - 2008 200 anos da Abertura dos Portos / Centenário da Imigração Japonesa

CLIAs – Centro Logístico Industrial Aduaneiro



Resumo das principais ações mitigadoras ou compensatórias:

- Indenizar trabalhadores portuários para reduzir contingentes:
 - Grande oposição dos trabalhadores para recebimento do AITP;
 - ✓ Valor do AITP inadequado atual R\$ 12.500;
 - ✓ Foram incorporados trabalhadores que a lei não autorizava;
 - ✓ Em resumo os contingentes não foram reduzidos e continuaram sendo acrescidos.

SEPORT — Secretaria de Assuntos Portuários e Marítimos - 2008 200 anos da Abertura dos Portos / Centenário da Imigração Japonesa

CLIAs – Centro Logístico Industrial Aduaneiro



🤣 Resumo das principais ações mitigadoras ou compensatórias:

- > Requalificar trabalhadores portuários (aplicar multifuncionalidade):
 - ✓ Centros de Treinamentos exigidos pela lei portuária não foram implantados;
 - ✓ Valores arrecadados para treinamento portuário continuaram sendo dirigidos para o Fundo do Ensino Marítimo;
 - ✓ Não foi aplicada multifuncionalidade (novas funções especializadas para o antigo trabalho portuário). acrescidos.

SEPORT — Secretaria de Assuntos Portuários e Marítimos - 2008 200 anos da Abertura dos Portos / Centenário da Imigração Japonesa

CLIAs – Centro Logístico Industrial Aduaneiro



- Resumo das principais ações mitigadoras ou compensatórias:
 - Revitalizar áreas portuárias degradadas integração urbana – turismo e outras atividades.
 - ✓ Praticamente nenhum programa de revitalização foi implantado;
 - ✓ Poucas iniciativas isoladas (Porto de Belém);
 - ✓ Somente agora um Programa mais amplo está em andamento em Santos;
 - ✓ Também no Recife e Rio de Janeiro programas em andamento;
 - ✓ Não foram gerados novos negócios nos municípios portuários.

SEPORT — Secretaria de Assuntos Portuários e Marítimos - 2008 200 anos da Abertura dos Portos / Centenário da Imigração Japonesa

CLIAs – Centro Logístico Industrial Aduaneiro



- 🤣 Resumo das principais ações mitigadoras ou compensatórias:
 - Incentivar novas atividades principalmente atividades logísticas e industriais;
 - ✓ São os grandes instrumentos de competitividade dos portos referencias mundiais (na nova realidade portuária);
 - ✓ A nova lei portuária brasileira determinou incentivar estas atividades (nenhum programa foi implantado);
 - ✓ Modelo de arrendamento de áreas portuárias não considerou estratégias logísticas e industriais e não integrou o retroporto;
 - ✓ Disputas empresariais e nos conceitos aduaneiros impediram evolução destas atividades;
 - ✓ Análises apenas sob a ótica aduaneira e não logística dificultaram modernização do sistema.

SEPORT — Secretaria de Assuntos Portuários e Marítimos - 2008 200 anos da Abertura dos Portos / Centenário da Imigração Japonesa

CLIAs – Centro Logístico Industrial Aduaneiro



- Resumo das principais ações mitigadoras ou compensatórias:
 - Incentivar novas atividades principalmente atividades logísticas e industriais;
 - ✓ Novos portos brasileiros foram implantados considerando estas atividades:
 - Novos portos contam com áreas disponíveis;
 - Ex.: Suape Pecem Itaguaí Vila do Conde
 - ✓ Os antigos portos não têm áreas disponíveis para atividades logísticas e industriais;
 - □ Portos antigos (modernizados) precisam do retroporto para tais atividades;
 - □ Portos antigos somente serão competitivos se o retroporto atuar de forma integrada com o porto nos processos logísticos e aduaneiros.





- Resumo das principais ações mitigadoras ou compensatórias:
 - Incentivar novas atividades principalmente atividades logísticas e industriais;
 - ✓ As atividades de retroporto precisam ter tratamentos isonômicos que são praticados para as atividades portuárias;
 - ✓ O desequilíbrio de tratamentos está prejudicando o sistema portuário do país (inclusive nos incentivos fiscais);



- Resumo das principais ações mitigadoras ou compensatórias:
 - Incentivar novas atividades principalmente atividades logísticas e industriais;
 - ✓ Somente poderíamos pensar em área portuária como única região de interesse se todos portos contassem com áreas suficientes para todas atividades;
 - ✓ Os principais portos do país dependem das atividades externas às suas áreas (áreas de retroporto);
 - ✓ Estes regramentos precisam ser avaliados pela ótica de instrumento logísticos e não apenas como "instrumento aduaneiro".



- Resumo das principais ações mitigadoras ou compensatórias:
 - Incentivar novas atividades principalmente atividades logísticas e industriais;
 - ✓ O retroporto com instrumento logístico é fundamental para regular os fluxos nos portos;
 - ✓ No retroporto podem ser efetuados todos os procedimentos aduaneiros para que as cargas se dirijam ao porto já desembaraçadas;
 - ✓ No retroporto podem ser implantados sistemas informatizados facilitando o controle aduaneiro à distância e permitindo agilização nas inspeções físicas com mesmas estruturas das autoridades aduaneiras do porto local.





- Se o retroporto é fundamental para a competitividade do porto:
 - Precisamos tratar o retroporto como instrumento logístico (assim como o porto);
 - Precisamos aplicar regramentos isonômicos nos alfandegamentos (mesmos princípios que são adotados para os alfandegamentos das atividades portuárias);
 - Tratamento isonômico é alfandegar com processo administrativo e portanto sem licitação pública.



- Justificativas para alfandegamentos com processos administrativos (sem licitação pública):
 - Todas as demais instalações sob controle aduaneiro são alfandegadas "sem licitação pública";
 - As licitações públicas nos portos são para arrendamento de áreas e não para obtenção do alfandegamento;
 - Os Terminais Privativos (mesmo de uso público) são implantados sem licitação pública e obtêm alfandegamento por processo administrativo;
 - Qual a diferença entre um Terminal Portuário Privativo e um Terminal Retroportuário?
 - O que justificaria um ser obrigado a processo licitatório e outro não?





- Justificativas para alfandegamentos com processos administrativos (sem licitação pública):
 - O antigo procedimento de licitação pública para alfandegamento de retroporto (Porto Seco ou EADIs) era exceção e não regra geral;





- Principais dúvidas e questionamentos de correntes que atuam contra o alfandegamento sem licitação pública:
 - Seria serviço público e portanto exigiria licitação pública;
 - Valor de investimento obrigatório é reduzido;
 - Não há garantias para as mercadorias;
 - Qualquer poderia ter um CLIA.
 - A Receita Federal não tem quadros suficientes para controlar;



- Principais dúvidas e questionamentos de correntes que atuam contra o alfandegamento sem licitação pública:
 - Seria serviço público e portanto exigira licitação pública;
 - A CF não lista tais atividades como serviço público;
 - ✓ Importante não confundir "serviço ao público" com "serviço público";
 - ✓ A iniciativa privada atua em vários serviços ao público;
 - ✓ Outras atividades de serviço público ou serviço ao público importantes são exploradas pela iniciativa privada sem licitação pública (porém com controles do poder público):
 - Escolas;
 - Hospitais



- Principais dúvidas e questionamentos de correntes que atuam contra o alfandegamento sem licitação pública:
 - Valor de investimento obrigatório muito baixo;
 - Os investimentos devem ser proporcionais à realidade de cada negócio;
 - Se é uma atividade empresarial o próprio mercado vai definir as necessidades de investimentos;
 - ✓ É fundamental definir quais as instalações, controles e serviços precisam ser disponibilizadas e o investimento será consequência;



- Principais dúvidas e questionamentos de correntes que atuam contra o alfandegamento sem licitação pública:
 - Não há garantias para as mercadorias;
 - Carece de maiores argumentos;
 - Será exigida a figura de empresa de armazém geral;
 - ✓ Lei dos armazéns gerais exige fiel depositário e seguro de mercadorias;
 - Fiel depositário é sujeito à prisão administrativa.



- Principais dúvidas e questionamentos de correntes que atuam contra o alfandegamento sem licitação pública:
 - Qualquer um poderia ter um CLIA;
 - ✓ Perfeitamente correto qualquer um sim;
 - ✓ Qualquer um que cumprisse e atendesse às exigências definidas na legislação;
 - ✓ É natural das atividades empreendidas pela iniciativa privada permitir a livre iniciativa, desde que sejam cumpridos os regramentos.



- Principais dúvidas e questionamentos de correntes que atuam contra o alfandegamento sem licitação pública:
 - A Receita Federal não tem quadros funcionais suficientes para controlar;
 - ✓ O mundo mudou hoje não se fiscaliza ou controla como no passado;
 - ✓ Hoje as organizações de controles legais utilizam os serviços de inteligência e a tecnologia de informação;



- Principais dúvidas e questionamentos de correntes que atuam contra o alfandegamento sem licitação pública:
 - A Receita Federal não tem quadros funcionais suficientes para controlar;
 - ✓ A própria Receita Federal está implantando sistemas informatizados de controle à distância (Coana/Cotec – Scaners – Siscomex-carga e etc);
 - ✓ Para os terminais nas regiões portuárias as fiscalizações físicas quando necessárias poderão ser efetivadas com os quadros do porto local;
 - ✓ A implantação de sistema informatizado integrado controle de fluxos – nos portos auxiliará em muito a logística e controle logístico.





- Posicionamentos defendidos pelos Municípios Portuários sobre Porto e Retroporto:
 - Fundamental incentivar atividades logísticas e industriais nos portos e retroportos;
 - Enfocar o retroporto com instrumento logístico do complexo portuário;
 - Enfocar as atividades em cidades não portuárias ou aeroportuárias como instrumentos logísticos complementares;



- Posicionamentos defendidos pelos Municípios Portuários sobre Porto e Retroporto:
 - Garantir tratamentos isonômicos para as instalações portuárias e retroportuárias;
 - ✓ Somente justificaria tratamento diferenciado se portos contassem com áreas para todas atividades;
 - ✓ Garantir alfandegamentos de instalações retroportuárias ou em cidades complementares com mesmos critérios adotados para todas modalidades de alfandegamentos portuários;



- Posicionamentos defendidos pelos Municípios Portuários sobre Porto e Retroporto:
 - ✓ Garantir todas as cautelas fiscais para o controle aduaneiro;
 - Garantir que os processos para alfandegamentos não dependem de posicionamentos pessoas, mas sim do cumprimento de regras claras;



- Posicionamentos defendidos pelos Municípios Portuários sobre Porto e Retroporto:
 - Garantir procedimentos para reequilíbrio econômico ou revisão dos contratos de arrendamentos nas áreas portuárias;
 - ✓ Os atuais arrendatários contam com as receitas de armazenagens e serviços logísticos (serviços foram considerados nos estudos de viabilidade econômica dos processos licitatórios);
 - ✓ Revisões poderiam ser homologadas pelos CAPs
 - ✓ Poderiam ser gerados incentivos com reduções de tarifas portuárias.



- Posicionamentos defendidos pelos Municípios Portuários sobre Porto e Retroporto:
 - ✓ Garantir os direitos dos atuais terminais (antigos Portos Secos ou EADIs);
 - ✓ Idealmente estabelecer regramentos impedindo implantação de CLIA ou outra modalidade de instalação aduaneira, em cidade ou região metropolitana que já conte com Portos Secos ou EADIs, instalados mediante processo licitatório;
 - ✓ Este impedindo seria válido enquanto vigor os atuais contratos dos antigos Portos Secos ou EADIs obtidos mediante licitação pública.



- Propostas dos Municípios Portuários para adoção de PL substitutivo regulando CLIAs:
 - CLIAs seriam autorizados por processo administrativo, com seguintes enquadramentos (enfoque logístico):
 - ✓ Nas cidades de região portuárias;
 - Para cargas conteinerizadas;
 - ✓ Nas cidades com aeroporto internacional de cargas;
 - □ Para cargas não conteinerizadas ou cargas de transporte aéreo;
 - ✓ Nas cidades de fronteira:
 - □ Para cargas e modais definidos por estudos técnicos e envolvendo produções ou consumos regionais;



- Propostas dos Municípios Portuários para adoção de PL substitutivo regulando CLIAs:
 - CLIAs seriam autorizados por processo administrativo, com seguintes enquadramentos (enfoque logístico):
 - ✓ Nas demais cidades e regiões;
 - Mediante parecer favorável do CAP do Porto Organizado por onde a carga transitar;
 - □ CAP desenvolveria enfoque logístico e de estratégia competitiva do Porto Organizado;
 - Modelo similar ao adotado em portos dos EUA.



- Resumo final de posicionamentos da Prefeitura de Santos e da ABMP sobre os CLIAs:
 - ✓ São fundamentais para a logística e competitividade dos portos e do comércio exterior brasileiros;
 - ✓ São instrumentos para a eficiência logística e controle de fluxos, auxiliando inclusive na fiscalização aduaneira;
 - Devem também ser instrumentos para recuperação econômica das cidades e regiões portuárias;
 - ✓ Precisam ter tratamento isonômico para seus alfandegamentos;
 - ✓ Os procedimentos administrativos para alfandegamentos de CLIAs, desde que claramente regrados, são legais e seguros;



- Resumo final de posicionamentos da Prefeitura de Santos e da ABMP sobre os CLIAs:
 - ✓ São necessárias alterações no PLs;
 - ✓ Idealmente o PL deveria regular somente os CLIAs, não se envolvendo em outros regramentos aduaneiros complementares;
 - Fundamental previsão autorizando repactuação nos atuais contratos de arrendamentos de áreas portuárias;
 - ✓ Fundamental garantir os direitos dos atuais concessionários (Portos Secos ou EADIs obtidos por licitação pública);
 - As cidades e regiões portuárias aguardam ansiosamente a aprovação deste nova legislação.



- Resumo final de posicionamentos da Prefeitura de Santos e da ABMP sobre os CLIAs:
 - As cidades e regiões portuárias aguardam ansiosamente a aprovação deste nova legislação;
 - ✓ A ABMP com base em trabalho elaborado pela Prefeitura de Santos tem um projeto substitutivo que vai encaminhar para colaborar com os trabalhos desta Comissão, do Relator e do Senado Federal

Seport - OBRIGADO

seport@santos.sp.gov.br



